

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 542.462 - SP (2019/0323175-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ALBERTO APARECIDO FINO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALBERTO APARECIDO FINO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado de próprio punho e em causa própria por ALBERTO APARECIDO FINO, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

No presente *writ*, o Impetrante argumenta que cumpre pena de 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão.

Requer a concessão da ordem para que lhe seja deferida a progressão para o regime aberto ou a prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Consoante informações prestadas às fls. 19-35, o Tribunal local não conheceu do *writ* n.º 0039695-97.2019.8.26.0000, também impetrado pelo ora Paciente, sob o seguinte fundamento: "[o] impetrante postula a concessão de progressão ao regime aberto ou concessão de prisão domiciliar. Todavia, consoante se infere das informações, não foi formulado nenhum pedido nesse sentido ao juízo de origem" (fl. 23).

Como se vê, o Tribunal de origem não se manifestou sobre a questão discutida neste *habeas corpus* – progressão para o regime aberto ou concessão de prisão domiciliar –, razão pela qual essa matéria não pode ser examinada neste *writ*, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Determino o envio dos autos à Defensoria Pública estadual para que avalie a situação do Paciente e adote as providências que entender cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

